

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MÃE NEGRA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Maria Aparecida de Oliveira LOPES*

Resumo: Trata-se de um artigo que discute as representações sociais da mãe negra presentes, sobretudo, nos jornais e nos depoimentos de ativistas negros. A partir desta abordagem, descortinou-se o processo de construção de um símbolo feminino atrelado à análise da função da mulher negra como ama-de-leite e a experiência sócio cultural da população negra. As evocações ao símbolo da mãe negra surgiram ainda nas comemorações das datas históricas, ocorridas no centro da cidade de São Paulo, durante o século XX.

Palavras Chave: mãe negra, efemérides, símbolos

THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF “BLACK MOTHER” IN SÃO PAULO CITY

Abstract: This article discusses the social representations of “black mother” that are expressed mainly on newspapers and testimonies of black activists. Following this approach it was possible to enlighten the construction process of a female symbol which was related to the function of black woman as wet-nurse. This symbol is also connected to the analysis of black social and cultural experiences and it is remembered during historical commemoratives dates that took place in the centre of São Paulo’s city all over the 20th century.

Keywords: “black mother”, commemorative’s dates, symbols

Introdução

Este artigo analisa os significados atribuídos às efemérides e a um símbolo negro na contemporaneidade, sobretudo as datas 28 de setembro (lei do Ventre Livre), 13 de maio (lei abolicionista) e 20 de novembro (dia da consciência negra) em textos da imprensa e depoimentos dos ativistas negros.

O objetivo central do artigo foi analisar, no âmbito da memória coletiva, o símbolo da mãe negra enaltecido nas comemorações das efemérides, que recuperaram dimensões da experiência sócio-cultural do negro, durante o período da escravidão e do Brasil republicano. Neste processo de recuperação da memória paulista, interessou indagar, ainda, os resultados práticos dos significados atribuídos às efemérides e aos símbolos negros de outrora, no contexto das relações raciais de São Paulo entre 1945 e 1978.

Além dos jornais *o Diário da Nação*, *Folha da Noite*, *Folha da Manhã*, *Folha de S. Paulo*, outros alternativos são utilizados como fontes, entre eles: *O Clarim d’Alvorada*, *Tribuna*

Negra, Alvorada, O Novo Horizonte, Jornegro. Estes últimos pertencem à imprensa negra, uma coleção de jornais que divulgavam as atividades culturais, políticas e recreativas e o pensamento da militância negra do século XX.

Durante a exposição do artigo, nota-se que as lideranças negras, os jornalistas e as autoridades políticas utilizaram os dados da vida social do negro e projetaram-na no passado “reinventado”. Assim, para interpretar esses dados assumiu-se o conceito de memória histórica. De acordo com Halbwachs, a memória histórica supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social que são projetados no passado reinventado¹.

Inicialmente, o artigo apresenta partes da experiência da mulher negra para elucidar os argumentos contrários ou favoráveis à evocação da memória referente à mãe negra e à elevação do seu monumento e símbolo. Em seguida, apresenta os conflitos que se formaram nas comemorações em torno da estátua no Largo do Paissandu e a forma como a história da mulher negra foi concebida.

A antropóloga Rafaela Deiab, ao estudar a memória coletiva que se consolidou sobre a figura da mãe preta na literatura, relatou que as amas criadeiras passaram a ser vistas como perigosas, como moradoras de cortiços que transmitiam doenças para as famílias brancas. A partir da metade do século XIX, apareceram imagens divergentes de ama-de-leite.

Ela não era mais a encarnação do alimento e dos cuidados afetuosos, tornou-se também um espectro da doença medonha. Com o leite de seu corpo poderia infectar o inocente com a tuberculose, ou até mesmo a sífilis. As moléstias que antes os patrões consideravam seu dever cuidar vieram a ser consideradas importações transportadas pelas criadas².

No final do século XIX, as mulheres brancas passaram a ser as preferidas para a função de amas, sobretudo as estrangeiras. As mulheres brancas e pobres começaram a usufruir do mercado que foi aberto pelas escravas.

Embora as mulheres negras tenham sido de extrema valia no processo de criação das crianças, os representantes do Serviço Sanitário da cidade fizeram queixas contra as criadeiras. No capítulo intitulado “o caminho da salubridade”, do livro “História e tradições da cidade de São Paulo”, Emilio Ribas explicou que, em 1908, o aumento da febre deu-se em razão do desenvolvimento da vertiginosa cidade, sem que o crescimento rápido da população acompanhasse os melhoramentos necessários à ação do Serviço Sanitário. De outra parte, em 1913, o viajante italiano Cusano já assinalava que as casinhas e os cortiços de certos bairros populares (Brás, Bexiga, Cambuci) davam margem a uma desordem que facilitava os contágios. O índice de mortalidade infantil aumentava, sobretudo entre as crianças confiadas à Santa Casa. O Serviço Sanitário queria assinalar que o desenvolvimento da cidade ainda não

havia eliminado a antiga prática de entregar as crianças às amas, cujos lares propiciavam o aumento da mortalidade infantil:

Mais de um século perdurou o sistema de amas criadeiras, que eram mulheres de origem modesta, residentes nas vilas mais pobres dos arredores da capital que, recebendo as crianças em sua casa, não visavam senão uma remuneração por pequena que fosse. **“Quem já não ouviu falar das amas de Santo Amaro e Itapeceira?”** Muitos ignorantes, que trabalhavam na lavoura, recebiam da Santa Casa a propina mensal de quatro cruzeiros³. (grifos meus)

O Dr. Vilarés, também do Serviço Sanitário, reclamava que estas mulheres assistidas pela Santa Casa contribuíam para o aumento do índice da mortalidade infantil. Em seu relatório, afirmava que as crianças entregues às amas eram, “em geral, abrigadas em casas primitivas sem qualquer recurso higiênico, tratadas por pessoas incultas e paupérrimas. Daí o elevado índice de mortalidade”⁴.

Mesmo que as mulheres pobres tenham habitado as regiões periféricas da cidade sem as mínimas condições de higiene, não é possível desconsiderar seu desempenho na garantia da sobrevivência de muitos habitantes da cidade.

A partir do relato de um dos entrevistados de Florestan Fernandes, na obra “A integração do negro na sociedade de classes”, surgiu uma importante comparação da posição social da mulher negra no Brasil colonial, imperial e republicano. Ele acreditava que não adiantava apenas obrigar as escolas a dar mais vagas aos negros ou filhos de negros para que tivessem mobilidade social. Era necessário ainda dar-lhes uma situação econômica melhor, o que impediria uma antiga situação dentro dos lares das famílias negras: “a mãe preta não tomava conta dos filhos, ela não podia”. Estando ou não casada, ela precisava arranjar dinheiro para manter os filhos. Daí o fato de que, quando as crianças negras tinham mãe, isto é, quando não eram rejeitadas ou dadas a alguém, elas ficavam largadas a maior parte do tempo. Ninguém as educava. Ficavam na rua, na molecagem. Não aprendiam o que era a escola, não tinham ninguém que as encaminhasse na vida. As moças negras, com 13, 14 ou 15 anos, já trabalhavam, tomavam conta das crianças brancas⁵.

Em 1928, o *Diário da Nação* também fez comentários sobre a mãe negra. George Andrews informou que este jornal concluiu que nem todos enxergavam a mãe preta sob uma luz positiva. Muitos brancos do século XIX e XX deploravam o efeito corruptor que a criação dada por amas negras tinha sobre as crianças brancas, chegando a ponto de sugerir que os brancos absorviam os vícios das vidas dos negros, sem falar nas doenças passadas através do leite da mãe preta. Estes rejeitavam inteiramente a idéia das contribuições da mãe preta, declarando que algumas escravas negras em nada contribuíram para a formação da raça e da

nacionalidade. Diziam que a mãe preta proporcionava uma imagem inexata do Brasil, que degradava os brasileiros aos olhos da nação e do estrangeiro⁶.

De mulher à estátua: um símbolo da nacionalidade brasileira

Como mostra o texto “O dia da mãe preta, justa pretensão, que com perseverança o *Clarim d’Alvorada* levou à frente”, desde 1920, ao contrário do *Diário da Nação*, os ativistas negros viam a imagem da mãe negra como um símbolo positivo da cultura afro-brasileira:

Dando vulto à idéia de se comemorar o 28 de setembro o dia da Mãe Preta, os nossos colegas d’*O Clarim d’Alvorada*, tendo a norteá-los o esforço e a tenacidade de seu diretor José Correia Leite – não pouparam esforços para que **aquela tradicional figura dos solares brasileiros**, tivesse também o seu dia. Para alcançarem seu desideratum, representaram ao primeiro magistrado do paiz, o exmo dr. Washington Luiz, foram até a magnanimidade do ilmo. sr Julio Prestes, encontrando, o seu justo pedido, o supremo apoio, daquelles patriotas, que com largo discortino, governa um o Brasil e outro este progressista Estado, um dos mais lídimos expoentes da federação.

A imprensa brasileira [...] não deixara de escapar a pretensão nossa cujo escopo outro não é: sinão de em nome desse imenso Brasil que se desdobra do Chuy ao Roraima [...] **resgatar uma dívida à Raça Negra, prestando culto à velha escrava. Além da prelecção nas escolas, e do ponto ser facultativo nas repartições públicas no dia 28, na Câmara Estadual**, o sr. Orlando Prado tem o parecer da Comissão de Fazenda relativamente ao projeto que apresentara há dias, concedendo um auxílio de 50 contos, para a ereção de um monumento à mãe preta. Esse parecer é favorável ao projecto, e dispensado de impressão, a requerimento do senhor Alfredo Ellis, em atenção de passar naquella data o aniversário da lei do ventre livre⁷. (grifos meus)

No livro de depoimentos de José Correia Leite, elaborado por Luiz Silva (Cuti), este ativista conta que a idéia de comemorar o dia 28 de setembro em homenagem ao símbolo da mãe negra foi uma influência da militância carioca. Na tentativa de fazer o jornal *Clarim d’Alvorada* funcionar, José Correia Leite, no dia 28 de setembro, copiou um artigo de Vicente Ferreira, feito no Rio de Janeiro, com o título “Hoje é dia da mãe negra” e procurou Lino Guedes para fazer a página de fundo. O monumento seria uma homenagem aos negros, simbolizada na figura da mãe negra e, no pedestal, ficariam registradas as figuras do processo de luta e trabalho do negro na formação do Brasil. No final dos anos 20, o movimento negro pretendia erigir um monumento à mãe negra no Rio de Janeiro porque o Estado era, então, a capital federal⁸.

José Correia Leite percebeu que a “Revolução de 1930” havia abortado a idéia de inauguração da estátua à mãe negra. Houve dois grandes discursos na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro: um do deputado Georgino Avelino, em nome da comissão de finanças e outro de Gilberto Amado, como autor do projeto, que foi aprovado. O governo federal daria 200 contos e os Estados contribuiriam com outra parcela. A Câmara de São Paulo já tinha dado uma verba de 50 contos. Entretanto, houve protestos de brasileiros que não concordavam com a construção deste monumento, inclusive, descendentes de imigrantes que negavam qualquer importância do negro no processo de formação do Estado, como por exemplo o Dr. Alfredo Ellis Júnior, autor de um livro sobre a imigração estrangeira em São Paulo⁹.

Na década de 30 (século XX), os símbolos associados ao universo da população negra foram transformados em símbolos nacionais, entre eles, a feijoada, o samba, o candomblé, o malandro, a mulata, a Nossa Senhora da Conceição Aparecida e o futebol. Porém, essa elevação simbólica não implicou numa mudança de tratamento da população negra, que continuou marginalizada nas relações sociais e privadas. Essa elevação simbólica das práticas culturais negras é uma das razões pelas quais se explica a reivindicação dos articulistas negros para a construção da estátua da mãe negra. A antropóloga Rafaela Deiab explicou que foi neste contexto paradoxal que as representações ambíguas da mãe preta voltaram a ser acionadas:

Mãe preta de filho branco, se não é mestiça é ao menos produtora da mestiçagem; amamentando as crianças brancas, ou ainda, ao socializá-la por meio de histórias e cuidados. Esse contato íntimo entre a negra e seu filho branco, promoveu uma mistura de raças, cores, afetos e culturas. Assim a ambígua mãe preta promove a mestiçagem em duas acepções: na biológica, por meio do leite, e na cultural, por meio dos cuidados de mãe e das histórias folclóricas. E nessa acepção, ela pode ser considerada como um ser híbrido, estando ao mesmo tempo no campo da natureza como no campo da cultura¹⁰.

Numa pequena nota, o jornal *Tribuna Negra* comemorou o dia da mãe negra, apresentando o quadro célebre que se achava no Palácio Guanabara, no qual Pedro II está no colo da mãe negra. Além do quadro, seguem os comentários afirmando que a lendária mãe preta foi duplamente sacrificada na formação da nacionalidade. Mais do que representar a nacionalidade, era a figura da mulher que “embalou a nacionalidade”, devendo então aparecer “aos olhos dos descendentes dos martyres do passado, como o symbolo redivivo da abnegação do amor, da coragem e valor de uma raça”. O historiador Pedro Calmon afirma que a imagem de D. Pedro II no colo de sua ama foi retratada pelo artista Debret¹¹.

Desde as primeiras décadas do século XX, existia, entre a militância do Estado de São Paulo, a tentativa de inserir, na memória dos habitantes, a imagem do negro como sujeito participativo do processo de desenvolvimento da cidade, e até mesmo do Brasil. Nos discursos destes militantes, o Estado deveria homenagear publicamente os antepassados negros de alguma forma. Os negros paulistas que escreviam nos jornais alternativos, entre 1940 e 1960, escolheram como figura central da história do negro brasileiro uma representante da ala feminina: a mãe negra. Por que comemorar a data 28 de setembro? Não seria errôneo dizer que tal escolha tinha a ver também com a valorização das suas mães, das suas avós, das suas bisavós, ou seja, que optaram por homenagear aquelas mulheres que deram a vida aos negros do passado e daquele presente. Esta foi uma das justificativas e, com certeza, a desencadeadora de outras tantas, bem como o elemento chave para se compreender as reconstituições do passado, tendo como foco as contribuições da mulher negra para o Brasil, em termos de educação, cultura, afeto, trabalho, solidariedade. A seguir, descortina-se a memória coletiva que os articulistas elaboraram da figura da mãe negra.

O jornal *Alvorada*, por sua vez, discursava que os brasileiros não poderiam relegar ao esquecimento a passagem do grande dia em que foi decretada a lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) - a data que trazia a exaltação dos primeiros ecos de alegria que a “raça negra” sentiu por sua libertação, sendo esta representada no símbolo da mulher negra que, como disse o escritor Gilberto Amado,

foi duplamente sofredora pelas duas maternidades: a das entranhas que gerava o escravo e a do leite que amamentava o senhor”. Sofreu mais do que a simples mãe de filhos sem liberdade, confundida com o fruto da sua carne, amargura lenta e secreta dos senhores sem defesa. Sofreu porque amava também o opressor¹².



Imagem 10 - o dia da mãe negra. Alvorada, setembro de 1945.

Imagem 1 – O dia da mãe negra, 28 de setembro é a data de nossa evocação à figura lendária daquela que, pela sua imortal dedicação, embalou o Brasil pequenino no recesso de todos os solares da pátria brasileira. Alvorada, São Paulo, set. 1945.

Era antiga a aspiração, traduzida pelos jornais negros, que se dedicasse o dia 28 de setembro à mãe negra. Ela era a força do patrimônio contra a desintegração do valor histórico negro. Acreditava-se, realmente, que o encantamento da alma brasileira veio das poesias das casas grandes.

O poeta negro Lino Guedes escreveu textos para o jornal *O Novo Horizonte* dedicando atenção, novamente, às mulheres negras, participando desta vez da elaboração dos significados do símbolo feminino. Ele afirma de antemão que a mãe negra contribuiu para o aprimoramento intelectual das crianças brancas, quando contava e cantava aquelas histórias infantis que foram incorporadas ao folclore brasileiro.

Canção à Mãe Preta

O Brasil eu carreguei e para ele cantei
As mais formosas canções
Nelas se via o Saci
Saltando daqui para ali
Fazendo atrapalhões

Na beira do fogão
Esqueça pai João
O seu preto conselheiro
Com pólvora e então partia
Assobiando prazenteiro

Era assim que adormecias
O Torrão que me queria
E a minha gente também
Só pelo nosso trabalho
Sem nos dar um agasalho
Um só conforto, um só bem¹³.

De forma branda, Lino Guedes disparou críticas ao papel desempenhado pelas mulheres negras no tempo da escravidão, indicando que muitas vezes a mulher negra esquecia o seu mundo para trabalhar para a família senhorial, a qual não proporcionava aos negros o mínimo de conforto.

Na mesma página do texto “Exaltação à mãe-peta”, do escritor Aristides Barbosa, aparecem a seguir os versos de Lino Guedes, destinados novamente a reconstituir a memória histórica da mãe preta, considerada a mulher negra que criava e nutria de afeto aquele que viria a ser algoz e comerciante do corpo negro:

Qual dos dois?

À mãe preta que apanhava,
Quando o menino chorava,
Foi um dia perguntar,
De qual daqueles rebentos,
Da escravidão ornamentos,
Queria se reparar!

Do branquinho que ao crescer
Seu algoz virá a ser,
Ou do negro – o único amor,
Que quando for posto à venda
Dará uma boa renda.
Isso somente ao Senhor?

Longe de se atrapalhar,
Sem medo de se embarçar,
Num gesto muito comum
Em gente de sua raça
(os que ouviram acharam graça)
Diz a chorar – de nenhum!¹⁴

A lembrança da mãe preta, evocada por Aristides Barbosa, que escrevia para o *Jornal Novo Horizonte*, constituía uma parte dolorosa da história das mulheres negras que choraram diante da imposição de ter que dividir o seu amor materno. Por isto foi duplamente mãe, cumprindo a missão ditada pela natureza e mãe, obedecendo às imposições do duro regime da escravidão. Cumpriu uma dupla circunstância, de maneira a não deixar perecer, por amor materno, nenhum dos filhos.

Lembraí-nos, que não obstante as chibatadas e as enxovalhações que sofrestes nesta terra, a vós ela deve sua imensidade. **Fostes vós quem infundi os primeiros traços de compreensão humana aos diversos homens que alcançaram aos píncaros de atividades da vida brasileira. Nunca tiveste um linguajar puro, impreterivelmente puro, como [...] Castro Alves, e muitos outros, mas fostes vós que lhes ensinou a pronunciar as primeiras palavras, não obstante o vosso português estropiado, nunca soube rezar castiçamente a maneira sacerdotal, mas fostes vós quem com sua inabalável crença ao Criador quem ensinou a muitos dos vossos sinhozinhos os primeiros vestígios de sentimentos religiosos.** Enxugai portanto vossas lágrimas e sorri de orgulhosamente porque sois o sólido pedestal em que se apóia esta soberana nação – o Brasil¹⁵. (grifos meus)

O escritor também se nutriu de lembranças do passado prestigioso da mãe preta, ao exaltá-la como educadora, transmissora dos conhecimentos necessários às crianças para que se tornassem os homens responsáveis pelo progresso da nação. Mas o jornalista Aristides

Barbosa acreditava que a mãe preta não conseguiu se expressar perfeitamente no processo de transmissão da cultura, como fazia, por exemplo, Castro Alves, embora soubesse transmitir os primeiros traços de compreensão humana às crianças.

O jornal *Alvorada* não fugiu à regra dos demais periódicos alternativos negros, ao interpretar o calvário vivenciado pelas mulheres negras como símbolo de imortalidade. O texto “Dia da mãe negra” acompanha a imagem de uma mulher negra sentada próxima ao rio, portando ao colo uma criança que sugava os seus peitos. Era a imagem que merecia a redenção e ser traduzida como valor histórico, já que representava fonte inspiradora do destino e a base da formação histórica da nacionalidade brasileira. O povo brasileiro precisava reconhecer publicamente aquele símbolo universal, que eternizou cantigas e influenciou “humildemente” e dolorosamente a cultura brasileira. Por isso mesmo ela merecia evocações grandiosas, como a construção de um monumento, também por ter sido roubada afetivamente.

A figura que evocamos hoje nesta pequena consagração – a maior que lhe podemos dar, **representa uma argamassa da formação histórica da nacionalidade brasileira**, uma das suas maiores fontes inspiradoras do seu destino. **Apesar de não haver ainda o povo brasileiro dado o testemunho público do reconhecimento à “Mãe Negra”** – aquela que se eternizou no curvato de suas cantigas e na influência humilde de sua dolorosa procedência, nacionalmente falando – nós lhe reivindicamos toda a grandeza sentimental que é a razão poderosa de nossa maior afania. [...] **Queremos e devemos erguê-la, por um monumento**, do esquecimento injusto; e nós, os negros brasileiros, neste instante que passa, nesta hora aflitiva e de tanta incerteza, devemos elevar os nossos pensamentos e nossos olhos para bem alto, para que dessa veneração desçam sobre nós as bênçãos daquela a quem pedimos que ilumine o nosso caminho¹⁶.



Imagem 2 – 28 de setembro, dia da mãe negra.
Capa do jornal *Alvorada*, São Paulo, 28 de setembro de 1946

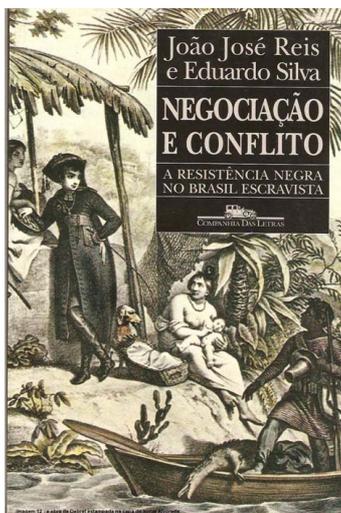


Imagem 3. Obra do viajante Debret.

Observar que a imagem 3 é semelhante a imagem 2, ou seja, a obra do viajante Debret foi manipulada pelos articulistas negros. A figura da índia foi enegrecida para estampar a capa do jornal *Alvorada*

O reconhecimento público de um valor histórico iluminaria os caminhos da coletividade negra naquele momento de aflições e incertezas, isto é, a redenção pública frente à imagem da mãe preta e a construção do seu monumento representariam uma abertura para ocupação do espaço da cidade pelos negros. Este ato propiciaria a inserção de “fatos reais” da história do negro na memória paulista.

Ao rememorar o papel desempenhado pela mãe negra no período da escravidão, a maioria dos “jornalistas” da imprensa negra buscou elaborar argumentos para torná-la um símbolo da cultura negra. Por que era vista como valor histórico negro? Cumpriu duplamente a função de mãe, contribuiu para o aprimoramento intelectual das crianças ao transmitir os conhecimentos básicos da vida, além de trabalhar nos serviços domésticos, artesanais, comerciais e rurais. Ela havia se tornado a base da formação histórica da nacionalidade brasileira e, portanto, merecia se transformar em um símbolo da cultura negra a ser incorporado à identidade positiva da cidade.

Esta tentativa de transformar a mãe negra em símbolo da História do Brasil também influenciou as atividades do meio negro, em 1950. Nos festejos realizados pela Associação Cultural do Negro, a comemoração do 28 de setembro era constante. Oswaldo de Camargo, também responsável pela organização deste evento, narrou que a data da mãe negra foi muito comemorada:

A Associação Cultural do Negro comemorava o dia da mãe negra. **É uma data também conservadora, e o negro também para se manter, para manter a respeitabilidade, passava muito pelo conservadorismo.** A mãe negra, além disso, tinha o respaldo dos grandes autores, de poetas que cantavam sempre a mãe negra. **E**

era uma data, como o dia das mães, seria uma réplica do dia das mães. A mãe negra sustentada por um texto literário, sustentada até por um certo sentimentalismo. E o Ico Penteado acabou fazendo a estátua da mãe negra ali no largo do Paissandu¹⁷. (grifos meus)

Ao ser inquirido como era a comemoração do dia da mãe na Associação, Oswaldo respondeu que tinha participado de comemorações que contemplaram poemas, versos e discursos. Ele acompanhava ao piano a declamação do poeta; improvisava no momento o fundo musical, e depois se realizava um pequeno coquetel. Então as pessoas com o dom da oratória, como José Pelegrine, eram oficialmente os discursadores: “E nessa data que nós estamos comemorando a mãe negra, que muito representou para o país... E o discurso saía, o povo gostava, aplaudia, etc”¹⁸.

Em 1953, a *Folha da Noite* anunciava que, por meio do Sr. Frederico Penteado Junior, o Clube 220 sugeriu à Câmara Municipal a ereção do Busto da Mãe Preta. Seria entregue à Câmara Municipal um memorial do Clube 220, entidade que congregava a “família de cor” de São Paulo, solicitando o levantamento do Busto da Mãe Preta em uma das praças públicas da cidade, como homenagem à ama de leite dos primórdios da colonização do Brasil¹⁹.

O memorial foi assinado por cerca de 500 pessoas e sugeria ainda que o busto fosse levantado no dia 3 de maio, dia das Mães, para o qual seria preparado amplo plano de festividades públicas, nas quais cooperariam o Clube 220 e o povo paulista. O ofício à Câmara dos vereadores, redigido pelo presidente do Clube 220 e por uma comissão de diretores, membros e simpatizantes, esclarecia que não constava entre os monumentos públicos da cidade um que simbolizasse a era da pré-abolição da escravatura no país. Havia somente o busto de Luís Gama, erguido no largo do Arouche²⁰.

Segundo o historiador Silvio Lofego, esse memorial era a tentativa da coletividade negra de se integrar à memória paulistana. Um exemplo disso é que entre as sugestões enviadas ao diretor de serviço de comemorações culturais do IV Centenário da cidade, Roberto de Paiva Meira, havia a proposta da Comissão de Festejos para o levantamento do monumento à mãe preta, inserindo-a no espaço da capital paulista como símbolo da cultura negra em São Paulo. A proposta foi rejeitada por diversas ocasiões e somente foi aceita quando a Comissão em defesa do monumento entregou à comissão do IV Centenário um abaixo-assinado. Diante de tal apelo, a construção do monumento à mãe preta passou a fazer parte do conjunto das atividades desenvolvidas pelo IV Centenário e diversas autoridades estiveram presentes na inauguração, inclusive o governador do Estado²¹.

Analisando as reportagens da *Folha da Manhã*, verificou-se que a presença do negro não foi eliminada das comemorações do IV Centenário da cidade. O que se percebe no discurso da *Folha da Manhã*, por exemplo, é a eleição da mãe preta enquanto representante

de uma história “cordial” com os brancos, como se ela tivesse aceitado ser a ama-de-leite dos brancos. A história da mãe preta, divulgada na *Folha da Manhã*, é um arcabouço da história dos estrangeiros que viveram no Brasil²².

Sendo assim, a *Folha da Manhã* não via importância alguma no fato de o vereador Elias Shammas, defensor da construção do monumento, não ter ancestralidade negra, de estar “longe da sombra da doçura da suave mãe africana”. Shammas, por não ter raízes familiares com os negros, poderia criá-las. E assim foi criando o passado que não teve, e o Brasil dos séculos XVII ao XIX ficou sendo também dele, tanto quanto dos primeiros habitantes da terra. A partir da consagração da história dos donos da casa grande, abriu-se um pequeno espaço para a história da mãe preta²³.

Na verdade, o objetivo do texto sobre a mãe preta era mostrar a “harmonia” nas relações entre brancos e negros no Brasil colonial e monárquico, tal como o autor via a realidade da segunda metade do século XX. E, como a mãe preta era vista apenas como um elemento secundário da história dos imigrantes brancos, argumentou-se:

Este é o grande milagre da terra generosa que dissolve todos numa mesma unidade de compreensão e amor. E os que chegaram depois participam do presente da terra nova e trabalham para a criação de seu futuro. Mas a beleza maior está, como no exemplo citado do vereador, quando os filhos de imigrantes passam a participar do passado mais longínquo da terra em que nasceram²⁴. (grifos meus)

Ou seja, a beleza maior da história do Brasil delineava-se quando os imigrantes tornavam-se os personagens centrais da trama histórica e, sobretudo, responsáveis pelos pilares econômicos do progresso.

Em 1954, o presidente da comissão pró-ereção do busto da mãe preta declarava em entrevista à própria *Folha da Noite* que não prestaria homenagem a qualquer político. Com estas palavras, o sr. Frederico Penteado Junior protestou:

Não podemos misturar política com civismo. Meia dúzia de cidadãos quer macular a figura lendária. Nós que iniciamos o movimento pró-ereção de Busto da Mãe Preta, nada temos a ver com a manifestação que pseudo-intelectuais querem prestar, **transformando um movimento cívico em balela política²⁵.** (grifos meus)

Ao comentar uma entrevista que saiu num jornal paulista, Frederico Penteado Júnior declarou que o Clube 220, em início à campanha pró-ereção do busto da mãe negra apoiada pela *Folha da Noite*, desconhecia uma homenagem política oferecida por um grupo que nada

tinha a ver com o seu corpo social e que jamais labutou pela consecução da idéia, sendo, portanto, pessoas desautorizadas a transformarem um movimento cívico em movimento político, prejudicial à própria vida independente das instituições dos negros brasileiros²⁶.

Na citada entrevista à *Folha da Noite*, Penteado Júnior explicou que nasceu do Clube 220 o movimento pró-ereção do busto da mãe negra, o qual gerou a Comissão de Festejos. Cabia então ao entrevistado o papel centralizador de todos os atos públicos referentes à elevação da estátua e as festividades que “a família de cor” havia programado para a inauguração. Essa história havia começado em 30 de janeiro de 1953. A idéia surgiu no seio dos diretores e associados do clube. Foi transformada em anteprojeto de lei e entregue ao vereador Elias Shammás. A princípio, o prefeito não aprovou o projeto, mas depois, a ereção do monumento tornou-se uma realidade²⁷.

Da lei caminhou-se para a construção. O edital foi publicado no Diário Oficial de 20 de dezembro 1953. Esperava-se que no dia 28 de setembro, Dia da Mãe Negra, acontecesse a inauguração do monumento, com grandes festividades, junto “às classes produtoras e ao povo”. O entrevistado (Frederico Penteado) da *Folha da Noite* frisou, em tom crítico e ambíguo, que não compreendia a inclusão de um trabalho honesto e prestigioso num programa de propaganda política, com o qual a história do Brasil nada tinha a ver. Concordava que uma homenagem deveria ser prestada ao autor do projeto e a todos os vereadores. No entanto, a maior homenagem, que evidenciaria o patriotismo dos homens públicos, teria que ser destinada ao “busto plantado sobre terra da capital”²⁸.

Nesse protesto, o presidente do clube negro procurou frisar não ter ligação com a manifestação de meia dúzia de cidadãos que procuravam colher frutos do trabalho de gente negra que nada aspirava no terreno político, tentando dizer ainda que o Clube 220 não poderia ficar ao lado de um partido porque entre os próprios negros existiam homens das mais diferentes correntes políticas. Classificava de crime o aproveitamento de uma obra cívica para benefícios próprios. A mãe preta era um símbolo que não poderia ser maculado pela obra de politiqueros. “A mãe preta é retrato da personificação da democracia. Seu leite era alimento tanto de negros como de brancos”²⁹.

O jornalista Quirino da Silva do *Diário da Noite* também informou, em 1954, que escreveu notas pedindo à comissão de festejo do IV Centenário a inclusão de uma homenagem à mãe preta. Este pedido foi feito ainda na coluna do *Diário de São Paulo*. Mas nem sempre conseguia fazer com que os homens que dirigiam o Brasil ouvissem lamúrias, sobretudo lamúrias sobre a vida de quem não mais representava a força econômica do país, naquele momento. Este jornalista dizia que a significação da mãe veio do século XIX, quando “as sinhás moças precisavam do desvelado carinho delas”. Depois tudo mudou. Na década de 1950, a mãe negra não ocupava um lugar no coração dos brasileiros. Ficou para trás num passado que muitos homens achavam até vergonhoso. Talvez por isso o apelo à comissão do

IV Centenário não teve eco, “não calou como deveria calar no coração dos homens”. Esses homens não queriam saber do papel que a mãe preta representou na formação da gente brasileira³⁰.

Voltando ao monumento à mãe preta, seria iniciada sua construção se o prefeito Jânio Quadros autorizasse, ou seja, depois de identificar e tornar públicos os nomes dos participantes do concurso de maquetes, que foi vencido por um escultor de pseudônimo Ibirapuera. Construiu-se um monumento, no qual estava esculpida a lendária Mãe Preta amamentando uma criança branca. A forma como se elaborou a história daquela mulher ficou registrada na parte dianteira do pedestal, no qual foram gravados versos em homenagem à mãe preta. Os três lados restantes do quadrilátero receberam ilustrações artísticas. Num desses desenhos foram lembradas as fazendas dos primórdios da colonização, com suas casas grandes e suas senzalas. Outros aludem aos castigos aplicados antigamente aos negros escravos, como por exemplo, o tronco. O monumento foi construído por Julio Guerra, o mesmo criador do monumento ao bandeirante Borba Gato³¹.

Correia Leite narrou, em seu depoimento, que, quando construíram aquele monumento, no Largo do Paissandu, ele não gostou. Correia Leite não gostou de saber que Frederico Penteadó falava para todo mundo que a idéia do monumento tinha sido dele. E dizia que era contra aquela escultura modernista, pois “se fosse uma branca não permitiriam que um artista fizesse uma figura deformada como aquela. Por que não fizeram uma figura como José Bonifácio que tem ali na praça Ramos, o Anchieta da praça da Sé, todos os monumentos com traços bonitos?”. Achava absurda a idéia de uma representação descomunal da mãe negra, tendo em vista que uma negra feia não entraria na casa grande para ser ama de leite. Havia uma seleção para ser mucama. “Precisava ser muito bonita, muito limpa, muito direitinha”. Enfim, o monumento traduzia a ignorância histórica do escultor. “Foi uma pena que o projeto do Rio de Janeiro tenha sido prejudicado, pois se tratava de um monumento”³².

No projeto do Rio de Janeiro seriam registradas, no pedestal da estátua, figuras negras que participaram do processo de luta e trabalho para a formação do Brasil. Na obra de Júlio Guerra foram inseridos desenhos da casa grande, da senzala e dos troncos. Este fato também pode ter intensificado o desconforto de José Correia Leite diante da obra.

À luz das reflexões de Pierre Nora, no texto “Entre memória e história, a problemática dos lugares”, foi possível perceber que esse período de construção e celebração do monumento à mãe negra fez prevalecer, no imaginário de alguns segmentos negros, o sentimento de continuidade da história daquela mulher negra. Era preciso criar este monumento porque a sociedade paulista provava, nas suas relações cotidianas, que o escravo e a mulher negra não ocupavam a memória da sociedade paulista na intensidade a que aspiravam os ativistas negros. Tudo indica que a cultura negra não ocupava um lugar especial na memória da sociedade paulista, daí a necessidade de criar lugares para consagrá-la. Não

sem razão, os ativistas negros temiam que este símbolo se apagasse também da memória dos próprios negros e, por isso, a realização de celebrações constantes no seio das coletividades negras (ACN e Clube 220), nos dias 28 de setembro e 13 de maio³³.

Foi possível registrar, neste artigo, a reconstrução incompleta da história da mãe negra, ao se definir o lugar da memória (a estátua) como portadora de uma consciência comemorativa que clama uma história anteriormente ignorada. Ainda sob a influência das idéias de Pierre Nora, compreende-se que os lugares da memória não têm referência na realidade, ou melhor, eles mesmos são suas referências, são fechados sobre sua identidade, mas também ficam constantemente abertos para a extensão de suas significações. Nessa direção, o período de construção do monumento parece marcar o fim da existência de uma memória sobre a mãe negra para dar vazão à história reconstruída. Criou-se então uma estátua que lembrava a origem e as dívidas históricas da sociedade brasileira para com o povo negro e que gerava, de uma certa forma, um distanciamento histórico impregnado pelo olhar dos sujeitos que se dispuseram a inventariar significados dessa herança da cultura negra.

Evocações à mãe negra nas comemorações do Largo do Paissandú

George Andrews informa, resumidamente, que o dia da mãe preta, até a década 50, foi comemorado em 28 de setembro, data em que foi aprovada a Lei do Ventre Livre (1871). Nas palavras deste historiador, a prefeitura erigiu, em 1955, uma estátua da mãe preta perto da Igreja do Rosário, historicamente, a mais antiga congregação negra de São Paulo. Na década de 1960, o Clube 220, auxiliado por alguns cultos de candomblé de São Paulo, começou a comemorar o Dia da Mãe Preta, em 13 de maio, com festividades realizadas no local da estátua. Em 1970, o prefeito e o arcebispo de São Paulo assistiram ambos o evento anual, e, em 1972, o clube conseguiu trazer a São Paulo o presidente Emilio Garrastuzi Médici para a comemoração, garantindo assim a presença de políticos importantes na Grande São Paulo. Em 1975, no entanto, o presidente Ernesto Geisel rejeitou secamente um convite para participar das festividades do 13 de maio: denunciou que a exaltação à mãe preta era uma discriminação racial e acusou a organização que o havia convidado, a Associação dos Homens de Cor, de praticar racismo às avessas³⁴.

Interpretando de forma mais detalhada as informações concernentes aos eventos comemorativos desta estátua, percebe-se que os fatos não se desenrolaram de forma tranquila. A consagração da figura da mãe preta, nas décadas de 1960-70, aconteceu num processo tenso, tendo em vista que as autoridades governamentais tentaram controlar os festejos.

Nos anos de ditadura no Brasil, o Estado tentou, com o aval de alguns meios de comunicação, formar e guiar a imaginação coletiva. Para impregnar as mentalidades coletivas

com valores e fortalecer a sua legitimidade, tinha que “ritualizar” esta festa ao lado da escultura da mãe negra. Por isso mesmo, durante alguns anos, os representantes da ditadura voltaram aos festejos para proferir seus discursos relativos aos símbolos da cultura negra.

No ano de 1972, a *Folha de São Paulo* afirmou, diversas vezes, no decorrer de uma longa reportagem intitulada “O povo junto de Médici na data da abolição”, que a comemoração mais importante em torno da mãe preta aconteceu quando o presidente da ditadura compareceu ao Largo do Paissandu. Nesta reportagem, foi relatado que o presidente Médici teve a maior acolhida popular dentre todas as visitas que fez a São Paulo:

Mais de 10 mil pessoas concentraram-se no largo, em torno da Igreja do Rosário dos Homens de Cor (sic), para ver e aplaudir o presidente. No fim das cerimônias o **general Médici quebrou o protocolo e o esquema de segurança, dirigindo-se ao cordão de isolamento para cumprimentar e ser abraçado por dezenas de pessoas**. O general Médici chegou no Largo do Paissandu às 10:45 horas, em companhia do governador Laudo Natel. Logo depois em outro carro, chegaram D. Scila Médice e Zilda Natel. Em seguida os dois filhos do presidente, Sérgio e Roberto, o comandante do II Exército, general Humberto de Souza Melo, o comandante do VI Distrito Naval, Almirante Silvio de Magalhães Figueiredo, o comandante da IV Zona Aérea, brigadeiro Delio Jardim de Matos, o chefe do Serviço Nacional de Informações, general Carlos Alberto Gontoura, e os chefes das Casas Civil e Militar da Presidência, general João Batista Figueiredo e prof. João Leitão de Abreu³⁵. (grifos meus)

Com esta postura política, Médici quis criar uma certa intimidade com os populares presentes na comemoração. Na verdade, o público, como disse o articulista da *Folha*, parecia preparado para recepcionar o militar, tanto que, quando o presidente desceu do automóvel em frente ao monumento da mãe preta, todos que se comprimiam ao longo dos cordões de isolamento o aplaudiram. Enquanto isso, dos edifícios próximos, caía uma chuva de papel picado.

Neste relato, consta ainda que após cumprimentar as autoridades postadas em fila ao lado do monumento, o general Médici e o governador Laudo Natel iniciaram a solenidade, hasteando, respectivamente, a Bandeira Nacional e a Bandeira de São Paulo, enquanto a Banda Marcial da Polícia Militar executava o Hino Nacional. Em seguida, o presidente cumprimentou e abraçou dona Madalena Penteado, de 82 anos, símbolo da mãe preta. Logo depois, ambos ainda colocaram uma coroa de flores aos pés da estátua. Do monumento, o presidente e as autoridades dirigiram-se para o palanque armado a poucos metros de distância, ao lado da Igreja, onde foi saudado pelo sr. Frederico Penteado Junior. De acordo com as informações da *Folha*, Frederico fez o seguinte discurso:

pela primeira vez, um chefe da nação comparece, em praça pública a uma comemoração do 13 de maio, a convite da coletividade negra. Cabe-nos, assim, inicialmente o dever de agradecer o gesto delicado de V. Excia, neste momento, neste local, junto ao monumento à mãe preta, para **reafirmar a integração de todos os brasileiros, de todas as raças, de todas as religiões na grande comunidade democrática brasileira que é um exemplo para o mundo.** Mais adiante disse: devemos lembrar que o glorioso exército nacional que **incorporou os negros aos batalhões de voluntários na Guerra do Paraguai,** tornando fatal a emancipação desses soldados e o Clube Militar que, em memorável assembléia, proclamou que os oficiais do exército brasileiro não se prestariam ao papel de caçadores de escravos fugidos. Ao final disse que quando **a sociedade brasileira se democratiza realmente graças à Revolução de 31 de março, da qual V. Excia, é mandatário e depositário, queremos apenas dizer que o presidente da República pode contar conosco, que marcharemos com o Brasil da Revolução, e que nesta praça, junto ao monumento humanitário da mãe preta, mãe dos negros e dos brancos. V. Excia e d. Scila Médici, num gesto emocionante, consolidam a Abolição no coração de todos os brasileiros presentes**³⁶.
(grifos meus)

Desde 1950 que Frederico Penteadó professava, publicamente, que no Brasil existia democracia racial, posicionando-se como uma liderança politicamente correta frente às autoridades governamentais. Para isso, chegou ao extremo de se posicionar a favor da ditadura militar, que considerava como revolucionária e democrática. Neste momento, o símbolo da mãe negra se tornou expressivo, pois através dele poderia elaborar a idéia de democracia entre as “raças”.

Em 1978, alguns ativistas negros buscaram desconstruir da memória paulista o símbolo da mãe negra como representante da cultura negra e da formação da nacionalidade brasileira. O *Jornegro*, um jornal que divulgava as atividades e pensamentos dos ativistas negros do **CECAN**³⁷ (Centro de Cultura e Arte Negra), teceu severas críticas às comemorações que aconteceram no Largo do Paissandu, desde janeiro de 1953. O jornalista negro, autor anônimo, dizia que as autoridades compareciam aos festejos organizados por Frederico Penteadó, falecido em julho de 1977, porque estavam em harmonia e sintonia com os agradecimentos à princesa Isabel e com os elogios àquelas mães negras que no passado foram forçadas a amamentar os filhos dos donos de escravos. Naquele ano de 1978 a festa recebeu uma crítica aberta. Os integrantes do **MNUCDR** (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial), portando faixas com dizeres reivindicatórios e distribuindo carta aberta, deram um novo sentido ao acontecimento. Durante a intervenção do MNUCDR, conta o *Jornegro*, que os organizadores da comemoração e o filho de Frederico Penteadó ficaram irritados e tentaram investir contra as faixas para rasgá-las. Mesmo assim, o manifesto do

movimento foi lido. Para este articulista negro, houve então uma ação importante contra a subversão moral da história representada naquele monumento, visto como a imagem da subserviência forçada, uma imagem que carregava os versos melosos de Cyro Costa com a intenção de criar e reforçar a imagem do negro bom, sem sentimento de maldade³⁸.

Ao concluir a reportagem, o articulista do *Jornegro* acreditava que o protesto do MNUCDR surgiu tarde demais. Era conveniente considerar, então, aquele protesto tradicional que ocorria ao mesmo tempo que as comemorações promovidas pelo Clube 220: um protesto cultural “promovido por dentro, sem faixas e imprensa”. Tratava-se daquele protesto realizado por boa parte da gente negra que mudou o significado do monumento. A estátua era interpretada como Preta Velha. Por isso, muitos colocavam oferendas aos pés dela. Isso mostrava que há muito tempo a população negra estava reagindo, mesmo no silêncio³⁹.

O *Jornegro* analisou a efeméride e o símbolo da mãe preta a partir de uma carta enviada por uma leitora:

Main Bernardes nos escreveu reclamando da desconsideração ou da falta de zelo que anda acontecendo desde o 13 de maio de 1977 com o monumento à Mãe Preta, erigido no Largo do Paissandu, em São Paulo [...] deturpando o sentido real em tão importante praça, daquela que bem representa uma das origens da gente brasileira, explicando com firmeza de rocha do que foi capaz a sua abnegação quando a América convocou-nos para construir um novo mundo até hoje em elaboração⁴⁰. (grifos meus)

O *Jornegro* respondeu à leitora do jornal da seguinte forma:

N. R. Main, discordamos de suas idéias, mas ressaltamos o sentido positivo da carta colaboração que nos permite fazer um jornalismo crítico, de revisão das falsas interpretações sobre a situação do negro no Brasil. Nossa proposta é que todos esses mitos (democracia racial, mãe preta, etc) causadores do nosso conformismo e de nossa alienação, sejam examinados a partir das condições raciais que marcaram a vida do povo negro. Não podemos considerar qualquer culto à mãe preta como uma conquista, pois, ela foi mãe dos herdeiros dos escravagistas e não nossa. Portanto, se alguém lhe deve gratidão não somos nós. A função da ama-de-leite foi mais uma exploração da mulher africana, aí utilizada como vaca-leiteira em benefício dos europeus e seus filhos. Nesse esquema, desde recém-nascido o negro já era explorado, sendo sua principal fonte de alimento e saúde – o leite materno – utilizado como prioridade pela classe dominante, ficando o filho do ventre africano com as sobras. Outra questão: dizer que fomos convocados para construir um novo mundo – a América – suaviza as duras condições que aqui enfrentamos. Na verdade

fomos caçados, acorrentados, comercializados como gado, discriminados e postos a trabalhar feito bestas para enriquecer a classe dominante até que, como consequência de modificação na economia européia, passaram a remunerar o trabalhador porque o trabalho do escravo deixou de dar lucro. Aí sim, convocaram novos trabalhadores – os imigrantes – oferecendo inclusive terras que os fixassem no campo. Então, fizeram a abolição e nós fomos despejados nas cidades onde as melhores oportunidades estavam reservadas aos estrangeiros que chegavam. De tudo isso fica claro, que enquanto não desenvolvermos um senso crítico sobre nossas experiências, vamos continuar enxergando o mundo com os olhos dos outros e assim, jamais conseguiremos a exata compreensão da realidade afro-brasileira⁴¹. (grifos meus)

Ao tentar apagar da memória dos seus leitores o “mito da mãe negra”, o *Jornegro* argumentava que este símbolo colaborava para a manutenção da existência de uma pseudo-democracia brasileira, que ofuscava os confrontos sociais. E foi mesmo com esta conotação que as autoridades brasileiras e alguns membros da coletividade negra utilizaram o símbolo da mãe negra nas comemorações do Largo do Paissandu, sobretudo no período de ufanismo nacional da ditadura. Por outro lado, sem querer desconsiderar as imposições do regime da escravidão, é coerente concordar com M. Bernardes, ao afirmar que a mãe preta representava “as origens da gente brasileira”. Mesmo que essa afirmativa não fosse bem vista pelos militantes da década de 1970, não é possível apagar completamente a história dessas mulheres negras do Brasil de outrora. Deve-se considerar que elas também foram agentes históricas.

Interessa dialogar então com a interpretação de uma liderança feminina para se perceber os contrapontos elaborados sobre aquele símbolo. Na década de 70 (século XX), Lélia Gonzales dizia que foi exatamente a mãe negra quem deu uma “rasteira na raça dominante”:

É através dela que o obscuro objeto do desejo [...] acaba se transformando na vontade de comer carne na boca branca que fala português. **O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra.** Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite para cuidar, que ensina a falar, que conta história por ai afora? É a mãe, não é? Pois então. **Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto bá, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra** que, por impossível que pareça, só serve para

parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a mãe preta é a mãe⁴². (grifos meus)

Embora as comemorações em torno da estátua tenham sido praticamente extintas com a morte de Frederico Penteadado, em 1977, não é possível afirmar categoricamente que este símbolo e os seus significados tenham desaparecido da memória da sociedade paulista e das coletividades negras. É sabido que, na atualidade, de vez em quando há comemorações em torno do monumento e algumas missas são rezadas para a mãe negra, como indicavam cartazes expostos em 2005, em frente à Igreja de Nossa Senhora Achirópita (rua 13 de maio, Bexiga), freqüentada por um número significativo de negros. Esta lembrança da mãe negra ainda permanece numa parte do corpo social. Castoriadis diria que todo simbolismo se edifica sobre a ruína dos edifícios simbólicos precedentes contando ainda com as conexões naturais e históricas ilimitadas de significantes⁴³.

Na memória histórica dos articulistas negros da década de 70, os escravos eram enquadrados em duas categorias bipolares: coisa/vítima versus herói. Mas, como argumenta Eduardo Silva e João José Reis, é possível pensar para além dessas categorias e em uma gama de possibilidades para o escravo, além da mera sobrevivência.

Os escravos não foram vítima nem herói o tempo todo, se situando na sua maioria e na maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um pólo e outro. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias⁴⁴.

Outro ponto significativo da análise de Silva e Reis é a afirmação de que as representações sociais mais correntes associadas às categorias antagônicas de escravos heróis e passivos se referem, respectivamente, a Zumbi versus mãe preta e Pai João. A longa experiência colonial ficou sintetizada na mentalidade brasileira nestas figuras. Em outro artigo, “Entre Zumbi e Pai João” Silva argumentou que:

Zumbi, mãe preta e pai João são apenas ênfases historiográficas. Corretamente, na história real, cada cativo seguindo um destino que muito raramente podia controlar – o do eito, das minas, de servir ao ganho, pajem ou capataz, teria sua porção de ambos, maior ou menor, seguindo cada caso, cada oportunidade. Na história, pai João não foi ausência de luta, mas uma estratégia de luta sob condições extremamente desfavoráveis. Como escreve Genovese, transpirava espírito crítico, disfarçava ações subversivas e freqüentemente confundia-se com seu aparente oposto - resistência⁴⁵.

De qualquer forma, ao se admitir que os significados simbólicos não se enquadram completamente na narrativa histórica, se confirma que é impossível separar os agentes sociais de suas máscaras, sonhos, representações, mitos e ilusões, quando estão imersos na teia que constrói as tramas históricas, sociais e culturais.

Notas

* Doutora em História. A tese *História e memória do negro em São Paulo: efemérides, símbolos e identidade (1945-1978)* foi defendida em 2007 na Unesp/Assis sob a orientação da professora doutora Zélia Lopes da Silva.

¹ Halbwachs diria que a “memória histórica representa o passado sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria num quadro bem mais contínuo e denso. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 55.

² DEIAB, Rafaela de Andrade. *A mãe preta na literatura brasileira: a ambigüidade como construção social (1888-1950)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 10.

³ BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954, p. 1194.

⁴ *Idem Ibid.*

⁵ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. 3. ed., São Paulo, 1978. v. 2, p. 201.

⁶ Texto do jornal *Diário da Nação* citado por ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo: Edusc, 1998, p. 336-337.

⁷ MÃE Negra. *Progresso*. São Paulo, 12 out.1928, p. 2.

⁸ CUTI. *E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 40.

⁹ Esta informação consta em um texto do Departamento do Patrimônio Histórico (na avenida São João) sobre a história de construção do monumento à mãe negra. O texto foi elaborado pela socióloga Fátima Antunes do DPH.

¹⁰ DEIAB, Rafaela de Andrade. *Idem*, p. 82.

¹¹ O DIA da Mãe Negra, 28 de setembro. *Tribuna Negra*. São Paulo, 1935, p. 2.

¹² O DIA da mãe negra – 28 de setembro é a data de nossa evocação à figura lendária daquela que, pela sua imortal dedicação, embalou o Brasil pequenino no recesso de todos os solares da pátria brasileira. *Alvorada*. São Paulo, set. 1945, p. 1.

¹³ GUEDES, Lino. Canção à Mãe Preta. *O Novo Horizonte*. São Paulo, maio 1946, p. 3.

¹⁴ GUEDES, Lino. Qual dos dois? *O Novo Horizonte*. São Paulo, maio 1946, p. 3.

¹⁵ Exaltação à mãe preta. *O Novo Horizonte*. São Paulo, set. 1946, p. 1

¹⁶ 28 de setembro – Dia da Mãe Negra. *Alvorada*. São Paulo, 28 set. 1946, p.1. Neste dia, não por acaso, o jornal apresentou como subtítulo uma frase de Silvio Romero “Dos negros é que ninguém jamais quis se ocupar, cometendo-se assim, o maior erro da nossa história”.

¹⁷ Entrevista concedida à autora em 13 de agosto de 2005.

-
- ¹⁸ Entrevista concedida à autora em 13 de agosto de 2005.
- ¹⁹ O CLUBE 220 sugerirá à Câmara a ereção do busto da mãe preta. *Folha da Noite*. São Paulo, 30 jan.1953, Assuntos Gerais, p. 1.
- ²⁰ *Idem Ibid.*
- ²¹ LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da cidade de São Paulo: a construção do passado e do futuro nas comemorações de 1954*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002, p. 47.
- ²² A MÃE preta e o vereador. *Folha da Manhã*. São Paulo, 02 set. 1953, Assuntos Gerais, p. 4.
- ²³ *Idem Ibid.*
- ²⁴ *Idem Ibid.*
- ²⁵ NÃO prestará homenagem a qualquer político a Comissão Pró-Ereção do Busto da Mãe Preta. *Folha da Noite*. São Paulo, 14 jan. 1954, Assuntos Gerais, p.1 e 4.
- ²⁶ *Idem Ibid.*
- ²⁷ *Idem Ibid.*
- ²⁸ *Idem Ibid.*
- ²⁹ *Idem Ibid.*
- ³⁰ MÃE preta. *Diário da Noite*. São Paulo, 1954, Primeira Edição, Notas de Arte, p.1.
- ³¹ SERÁ iniciada a construção do monumento à “Mãe Preta”. Ibirapuera, o pseudônimo do artista vencedor do concurso de maquetes. O início da construção dependerá do prefeito – ainda este ano a inauguração. *Folha da Manhã*. São Paulo, 1 jul. 1954, Assuntos Gerais, p.6.
- ³² CUTI. *Op.cit.*, p.99.
- ³³ NORA, Pierre. “Entre a memória e a história, a problemática dos lugares”. Artigo traduzido por Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo: EDUC, 1981, n. 10 (história e cultura), p. 8, 27.
- ³⁴ ANDREWS, George. *Op. cit*, p. 337.
- ³⁵ O POVO junto de Médici na data da Abolição. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 maio 1972, 1º. Caderno, p. 3.
- ³⁶ *Idem Ibid.*
- ³⁷ O Cegan (Centro de Cultura e Arte Negra) surgiu em 1970, com a participação de Tereza Santos e Eduardo de Oliveira e Oliveira, principalmente com a preocupação do negro expressar-se através do teatro. Ele cedeu espaço a militantes para a Organização da Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (Feabesp, formada em 1977) que foi criada para editar o jornal da comunidade intitulado *Jornegro* (1978-1981). Ainda na década de 70, alguns dos elementos que fizeram parte do Cegan, da Feabesp e do *Jornegro* foram para o MNUCDR (Movimento negro unificado contra a discriminação racial). O *Jornegro* teve 12 números, e como a Feabesp, funcionava na rua Maria José 450 (Bela Vista) aos sábados. Participaram da confecção do jornal Luiz Silva, Odacir Mattos, Jamu Minka, Jacques Félix, Maria Inês da Silva, Ubirajara Motta, Luis Paulo Lima, Mensah Gamba, Henrique Cunha Junior, Isidora T. Souza, Cristina e Lúcia. Os temas constantes do *Jornegro* foram: história, pesquisa, variedades, exterior, participação sóciopolítica e econômica, folclore, editorial, conscientização, povo, vida, preconceito racial, poesia, revisão crítica da posição do negro, literatura, cartas, saúde, alimentação, educação, propaganda, mulheres, esportes. MOTTA, Ubirajara Damaceno. *Jornegro, um projeto de comunicação afro-*

brasileira. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social) - Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1986, p.65, 132. Foram localizados 5 números deste jornal, que não tinha uma periodicidade regular.

³⁸ MÃE negra. *Jornegro*. São Paulo, 1978, p. 2.

³⁹ *Idem Ibid.*

⁴⁰ CARTAS. *Jornegro*. São Paulo, maio 1978, p. 2.

⁴¹ *Jornegro*. São Paulo, maio 1978, p. 2.

⁴² GONZALES, Lélia. “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”. In: *Ciências Sociais Hoje*. Rio de Janeiro: Dados, v. 2, 1983, p. 233

⁴³ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 147

⁴⁴ REIS, João José; SILVA, Eduardo (orgs). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 7.

⁴⁵ SILVA, Eduardo. “Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia”. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo (orgs), *Idem*, p. 13.

Artigo recebido em 01/10/2007 e aprovado em 14/11/2007.